

CADERNOS DO NOSSO TEMPO

MARCA REGISTRADA NO D.N.P.I. SOB O N.º 151.921

1955

ABRIL-AGÓSTO

N.º 4

PANORAMA NACIONAL

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Hélio Jaguaribe

Tentativa e frustração do golpe

O apoio quase unânime da imprensa ao Governo Café Filho, no período que se seguiu a sua investidura, nunca pôde ocultar a fragilidade das bases em que o mesmo assentava. Constituído por um golpe que, em virtude do suicídio do Presidente Vargas e de outras condições (cf. CNT, N.º 3, pág. 20), não pudera ser conduzido a suas últimas conseqüências, o novo Governo teve de enfrentar o restabelecimento da normalidade democrática sem dispor de maioria parlamentar, quer antes, quer depois da renovação do Congresso. Acresce que as forças que se haviam congregado para desfechar o golpe de agosto, além de representarem uma fração minoritária das correntes político-sociais do país, eram extremamente heterogêneas. Daí a triplíce dificuldade com que se defrontaram tais forças, depois de controlar o poder. Dificuldade, em primeiro lugar, para levar a cabo, através do Sr. Café Filho, a tarefa governativa, para a execução da qual lhes faltavam apoio parlamentar e unidade interna. Dificuldade, em segundo lugar, para concorrer às eleições de outubro de 55, dado o fato de serem — e se reconhecerem — correntes minoritárias. Dificuldade, enfim, de entrar em acôrdo quanto ao seu programa para o futuro governo e, sobretudo, quanto ao candidato que salvaguardasse os interesses comuns.

Tanto por êsses motivos como pela circunstância de essas forças terem alcançado o poder mediante o golpe e de não haverem, como salientamos, logrado conduzir o golpe às suas últi-

mas conseqüências, a única perspectiva que se lhes abria era a deflagração de um novo golpe, com o qual superassem suas dificuldades e completassem o inacabado propósito de dominação política do país pela via militar.

Para a deflagração do novo golpe, todavia, necessitavam essas forças de restabelecer, em suas linhas principais, as condições que haviam possibilitado o movimento de agosto. Tais condições eram, quanto a essas mesmas forças, o ajustamento de um acôrdo apto a lhes restituir um mínimo de unidade de ação e de propósitos. Quanto às circunstâncias políticas, a formação de um mínimo de consenso por parte dos setores econômico-sociais de que elas eram ou tenham sido representativas.

No que se refere ao primeiro requisito, tudo indica que a dificuldade residia no fato de que um dos setores do Exército, liderado pelo general Juarez, só parecia aceitar o golpe como meio e não como fim, enquanto o general Teixeira Lott, à frente do Ministério da Guerra, se mostrava infenso a qualquer violação formal da legalidade. O general Juarez, a julgá-lo pelo que declarou em sua entrevista do dia 18 de maio do corrente, não estaria disposto, naquela fase, a criar um segundo Estado Novo, ou uma simples ditadura moralista, embora, visivelmente, não repelisse o golpe, como meio, para instaurar um Governo de grandes reformas, segundo o modelo da revolução egípcia. Tais projetos, entretanto, não encontravam ressonância nos setores mais conservadores do Exército, nem exprimiam os propósitos da cúpula udenista, que dava o lastro político do Governo Café Filho. Assim sendo, a única fórmula mediante a qual foi possível agremiar essas forças heterogêneas foi a da "União Nacional". Tal fórmula exprimia, sobretudo, o propósito de manutenção, no poder, do grupo que o havia controlado com o golpe de agosto, mediante a imposição de uma tutela dessas forças sobre a democracia brasileira, adiando-se, para futura discussão, o programa a ser executado pelas mesmas.

Ocorre, todavia, que o segundo requisito de que dependia a possibilidade de novo golpe — o consenso da burguesia e da classe média — não pôde se realizar. Decorreu tal impossibilidade do fato de a burguesia brasileira só ter logrado sua unidade, a favor do golpe de agosto, porque, como o salientamos em nosso número precedente (CNT, N.º 3, págs. 7 e segs.), a ameaça do sindicalismo associava, contra Vargas, a indústria brasileira às correntes latifúndio-mercantis. Morto o Presidente Vargas, tornaram-se patentes as divergências entre os

interesses das burguesias industrial e latifúndio-mercantil. Se a esta, bem como aos setores reacionários da classe média, convinha a instauração de um regime de tipo salazarista, a indústria necessitava de uma democracia progressista e organizada para o desenvolvimento econômico, o mesmo ocorrendo com o proletariado e com os quadros técnicos da pequena burguesia.

A consequência de todos os fatos foi a impossibilidade, por parte das forças golpistas, de irem além do manifesto dos generais, pregando a união nacional, sob a indireta ameaça do golpe. Jogando com tal ameaça, o Sr. Café Filho, em seu discurso radiofônico de 28 de janeiro do corrente ano, tentou alcançar, mediante a intimação dos adversários, particularmente do Sr. Juscelino Kubitscheck — então candidato a candidato — e de seus aderentes, aquele tipo de democracia tutelada que as forças golpistas não logravam impor abertamente pelas armas.

Era, todavia, um jôgo extremamente perigoso, esse a que se lançou o Presidente da República, pois que, agitando a ameaça do golpe sem dispor das condições para efetivá-lo, estava irremediavelmente condenado à desmoralização política — e eventualmente à perda do poder — se os adversários, resistindo à intimidação, desmascarassem a incapacidade do golpismo para levar a cabo seus propósitos. Tal foi precisamente o que ocorreu, ficando o presidente da República e o udeno-golpismo reduzidos à impotência.

Vale dizer, aliás, que as consequências desse malogrado ensaio de intimidação não foram mais graves, para o Sr. Café Filho, porque as forças contrárias, que dispunham da maioria parlamentar e poderiam votar o impeachment do Presidente da República, preferiram conservá-lo no poder a abrir nova crise de Governo, receiosas de que tal crise fôsse capaz de rearticular o golpe no momento mesmo em que êle era frustrado.

Divisão de Águas

A partir desse momento — e a despeito dos reiterados esforços para a reorganização do golpe — o processo sucessório foi se encaminhando para um equacionamento legal. O Sr. Juscelino Kubitscheck, continuando embora a ter de enfrentar o clima golpista e a pusilanimidade, ante tal clima, de alguns de seus correligionários, teve sua candidatura homologada pela totalidade dos votantes da Convenção Nacional do PSD. Entrando em dissidência com a orientação adotada por esta, as seções pessedistas do Rio Grande do Sul, Santa Cata-

rina e Pernambuco se abstiveram de votar e caminharam para uma composição com a UDN.

Por seu lado, o Sr. Café Filho e a UDN, verificando que a sucessão teria de se resolver pelas urnas, procuraram fortalecer sua posição eleitoral. Para êsse efeito, o Presidente da República entrou em entendimentos com o governador de São Paulo, visando à formação de uma frente capaz de assegurar a eleição de um candidato comum.

Enquanto se processavam êsses entendimentos, que culminariam no acôrdo tornado público em abril do corrente ano, a disputa sucessória entre o juscelinismo e o anti-juscelinismo tendia a coincidir, senão a se identificar, com a luta entre o getulismo e antigetulismo.

A identificação entre o juscelinismo e o getulismo, assim como a coincidência do antigetulismo com o anti-juscelinismo, decorreu de dois principais motivos. O primeiro e mais importante deles foi o fato de que a luta contra Vargas não tinha, objetiva e socialmente, o caráter que lhe atribuíam os líderes da UDN e do movimento de agosto. Embora a personalidade do Presidente Varga se os aspectos de seu govêrno suscetíveis de serem considerados negativos em termos puramente objetivos (corrupção, inépcia, etc.) suscitasse natural oposição em muitos setores da vida brasileira, a razão dessa oposição, considerada em sentido amplo, mergulhava muito mais fundo. A razão dessa oposição era de caráter econômico-social e refletia o fato de o govêrno Vargas representar interesses e, a despeito de suas inoerências e debilidades, realizar uma política, contrários às correntes latifúndio-mercantis e aos setores parasitários da classe média.

Êsse caráter do Govêrno Vargas e de sua política, todavia, fôssem quais fôssem as motivações dos protagonistas, não eram arbitrários, mas atendiam à inevitável alternativa ditada pela situação histórico-social do país. Como temos salientado nesta revista e em outras publicações do IBESP, o Brasil se defronta com uma opção fatal: ou completa seu desenvolvimento econômico, ultimando sua industrialização, reformando seu sistema agrícola, comercial e financeiro, e adotando as medidas políticas e administrativas correspondentes, ou retrocede à condição de país colonial e se constitui, definitivamente, em satélite econômico-político dos Estados Unidos. Essa própria alternativa, aliás, já está de certo modo superada pelo crescimento da população, diversificação de seus hábitos e capacidades, e incremento da renda nacional, restando ao Brasil, no fundo, apenas a alternativa entre o desen-

volvimento e o caos econômico-social e político, uma vez que o país não poderia mais, sem conseqüências catastróficas, retrogradar para uma estrutura colonial.

Ante essa alternativa faltal, a Nação se apresenta dividida. As correntes representativas dos interesses que se tornaram dominantes no quadro do subdesenvolvimento e do semicolonialismo brasileiros (burguesia latifúndio-mercantil e classe média parasitária), por isso que dependentes de circunstâncias que se transformarão com o desenvolvimento, tendem, conscientemente ou não, a se opor às medidas que conduzam à superação do subdesenvolvimento e do semicolonialismo. Era o fato de o governo Vargas, a despeito de tudo, representar um esforço de desenvolvimento e de emancipação econômico-social que movia contra ele as forças latifúndio-mercantis. Mas é justamente porque tais forças combatiam menos a Vargas (que já haviam apoiado na fase do Estado Novo) do que sua política de desenvolvimento econômico, e é justamente porque a alternativa desenvolvimento-colonialismo decorre objetiva e inelutavelmente da situação histórico-social em que se encontra o Brasil que, morto o Presidente Vargas, persiste a luta entre os interesses favoráveis e contrários ao desenvolvimento, luta que se traduz, praticamente, no conflito entre o getulismo e o antigetulismo.

Adotando, franca e sistematicamente, uma posição favorável ao desenvolvimento e à emancipação econômico-social do País e fazendo desses objetivos o seu próprio programa de governo, o Sr. Juscelino Kubitschek tinha de levantar contra si as mesmas forças que haviam lutado contra Vargas, atraindo, naturalmente, o apoio das correntes getulistas. É certo que a coincidência das posições, embora tendendo a enquadrar o juscelinismo na linha do getulismo e o antijuscelinismo na do ontigetulismo, não implicava, necessariamente, na identificação de tais linhas, que poderiam se aproximar ou superpor sem se confundir. Verificou-se, todavia, uma crescente identificação entre as mesmas, fenômeno êsse que só não atingiu a completa identidade por causa da ocorrência de eventos imprevistos, como é sobretudo o caso da candidatura Juarez.

A identificação entre o juscelinismo e o getulismo, além do motivo já apontado, se tornou efetiva pelo fato de o Sr. Kubitschek não ter conseguido dar uma formulação suficientemente diferenciada da getuliana ao seu programa de desenvolvimento. Na verdade, tal diferenciação foi por ele manifestada, particularmente na conferência que pronunciou na Federação das Indústrias de São Paulo, em fins do ano transato, bem como,

no curso dêste ano, em outros pronunciamentos. A principal característica dessa diferenciação é o fato de seu programa de desenvolvimento se apoiar mais na atuação do empresário brasileiro, devidamente assistido pelo Estado, do que na intervenção direta dêste. Paralelamente, o programa social anunciado pelo Sr. Kubitschek, diversamente da linha getuliana, se funda mais na elevação do padrão de vida do proletariado, pelo aumento da produtividade do trabalho e das oportunidades de qualificação, do que no assistencialismo paternalista. Deu-se todavia, que o Sr. Kubitschek não logrou desenvolver suficientemente, até a aceitação, pelo PSD, da candidatura Goulart à Vice-Presidência, o que havia de original e específico em seu programa de desenvolvimento. E por não ter assim agido, não conseguiu diferenciá-lo suficientemente da linha getuliana, que, por ser mais antiga e marcada, tendia, normalmente, a prevalecer. A candidatura do Sr. Goulart à Vice-Presidência, em chapa conjunta com o Sr. Kubitschek, selou, definitivamente, o caráter getulista da candidatura dêste último.

Pôr tais motivos, a sucessão presidencial ficou marcada pela luta entre o getulismo e o antigetulismo, voltando-se, em suas linhas mestras, ao quadro político-social que caracterizava o Governo Vargas.

O fenômeno Juarez

Sòmente nas suas linhas mestras, todavia, é que se restabeleceu o quadro político-social anterior ao golpe de agosto. As situações históricas, genêricamente falando, são sempre irrepetíveis. E no caso brasileiro verificaram-se acontecimentos que não podiam deixar de impor uma profunda diferenciação aos fatos subseqüentes.

Assim é que o antigetulismo, que se beneficiara, inicialmente, dos antagonismos que suscitava a personalidade ou a conduta do Presidente Vargas e que atingira ao seu clímax com a repulsa provocada na opinião pública pelo atentado da Rua Toneleros e pela revelação dos escândalos praticados pelos chefes da guarda pessoal de Vargas, não pôde mais, depois do suicídio do Presidente, ser alimentado por fatos e circunstâncias de tal natureza. Morto Vargas, o debate entre o getulismo e o antigetulismo teve de se transferir para o terreno ideológico e programático. E nesse plano, afastados os aspectos casuísticos e personalistas que turvavam a disputa, o País teve de situar-se diante dela em função das idéias e dos

interesses em jôgo, o que conduziu as diversas correntes a uma tomada de posição muito mais consciente e lúcida.

É nessas circunstâncias que se desenhou a oportunidade, até agora insuficientemente aproveitada pelo Sr. Kubitschek, de guiar a burguesia para a posição que historicamente lhe compete, levando-a à formação de uma frente comum, com o proletariado e os quadros técnicos da pequena-burguesia, na luta pelo desenvolvimento e pela emancipação econômico-social. E foi nessas condições, por outra parte, que surgiu a possibilidade de se deslocar a classe média da subordinação ideológica em que se encontrava para com a burguesia latifúndio-mercantil, conduzindo-a a uma linha mais independente e menos comprometida com a reação e os interesses anti-nacionais.

É esta última possibilidade que explica o surgimento da candidatura Juarez. Como já fôra antecipado por alguns e como veio a confirmá-lo o general Juarez Tavora, em sua entrevista de 18 de maio do corrente ano, o lançamento da candidatura Etelvino, depois do famoso caso da "barganha" entre os Srs. Café Filho e Jânio Quadros, ocultava uma habilidosa manobra tendente a liquidar as possibilidades eleitorais do general Juarez.

Por diversas razões, o general Juarez era quem dispunha de melhores condições para reunir, em tórno do seu nome, a mais importante parcela das correntes antijuscelinistas. A despeito disso, todavia, o general Juarez não se ajustava plenamente a tal função. No que lhe dizia respeito, porque, sendo o antigetulismo a essência do antijuscelinismo, o general, sem embargo do fato de haver sido um dos principais líderes do golpe de agôsto, senão o principal, não era nem é, propriamente, um antigetulista ideológico e sim o que se poderia chamar de antigetulista histórico. Em outras palavras, o antagonismo de Juarez para com Vargas, dentro da ambiguidade que caracteriza sua posição, estava mais dirigido contra a pessoa de Vargas e aquelas circunstâncias negativas que marcaram o governo Vargas, do que contra a linha profunda da política de Vargas, voltada para o desenvolvimento e para a emancipação econômico-social do Brasil. No que dizia respeito às correntes antigetulistas, agremiadas sob a bandeira da presumida União Nacional, o general Juarez, embora sendo, entre seus candidatos potenciais, o que se achava dotado de melhores perspectivas eleitorais, não correspondia aos interesses mais diretos do círculo íntimo que dirigia tal movimento.

O trágico suicídio de Vargas e o processo de depuração ideológica e programática a que foi submetida a disputa entre

o getulismo e o antigetulismo, depois da morte do Presidente, devem ter contribuído para o esclarecimento intelectual do próprio general Juarez. É provável que somente então o general tenha sentido a diferença entre seu antigetulismo e o antigetulismo da UDN e, através desta, das forças latifúndio-mercantis. E é possível que somente na eventualidade de vir a ler este comentário logre o general Juarez a compreender, ele mesmo, em categorias suficientemente nítidas, os fenômenos que se procura aqui analisar.

O fato é que as tendências políticas do general Juarez dêle fazem um típico porta-voz da revolução pequeno-burguesa, hoje como em 22 ou 30. E por isso mesmo que tal, é sua posição, não se enquadra o general Juarez na linha essencialmente reacionária em que resvalou a classe média, sob a liderança ideológica do latifúndio-mercantilismo, representado pela UDN e pela grande imprensa. As tendências do general Juarez, diversamente, conduzem-no, dentro da indecisão peculiar ao idealismo da classe média, a um reformismo progressista e autoritarista do tipo Naguib-Nasser — o general Juarez é um Naguib que é o Nasser de si próprio — e são reacionárias principalmente na medida em que tal consequência decorre do autoritarismo pequeno-burguês. Tal orientação, ao tempo em que vivia o Presidente Vargas, não encontrava condições para se definir, autônomoamente, porque a luta contra Vargas era liderada pelo latifúndio-mercantilismo e a classe média, confundindo a condenação (justa ou injusta, não importa para o caso) à pessoa e à conduta de Vargas com a condenação global e sistemática de sua política, era conduzida a um antigetulismo simplista. Um antigetulismo que se articulava sob o pretexto de defesa da moralidade pública e de luta contra a inépcia e a corrupção do governo, mas que de fato servia de arma de oposição ao desenvolvimento e à emancipação econômico-social do país. E é justamente pelo fato de ser hoje possível um reagrupamento mais progressista da classe média que o general Juarez se sentiu convocado a participar das eleições.

As forças residuais

Embora as candidaturas Juscelino e Juarez tendam a exprimir as principais correntes político-sociais em que se divide o país — o mesmo se dando enquanto subsistia, com a candidatura Etelvino — à margem dessas candidaturas existem forças residuais que não se ajustaram às mesmas, ou porque ainda não tenham definido, suficientemente, suas próprias ten-

dências, ou porque constituam manifestações de caráter sectário ou personalista, dificilmente redutíveis aos grandes denominadores comuns da opinião pública. Essas forças residuais são constituídas, principalmente, pelo PSP, pelos dissidentes udeno-petebistas e pelo PRP, devendo nelas ser incluído, embora em sentido algo diverso, o PCB na ilegalidade.

1. — Situação do PSP

O Partido Social Progressista, sob a liderança de um homem dotado de grande capacidade de comando e de notável apêlo popular, constitui a mais importante dessas forças residuais. Para se compreender a posição e a tendência dessa agremiação política, no entanto, é necessário se distinguir o ademarismo, em particular, do Partido Social Progressista, em geral, por muito que aquêle seja o conteúdo mais visível e até agora mais importante dêste.

Já tivemos a ocasião (CNT, N.º 2, “que é o ademarismo, pág. 139 e segs.) de analisar o ademarismo e tornar patente o fato de que êle representa uma forma popular da reação. Observamos, então, que “o populismo, de que o ademarismo é a expressão brasileira, constitui a manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, como protótipo da comunidade, o tipo psico-social do homem-massa” (pág. 143).

Dadas essas características, o êxito do ademarismo sempre se encontrou na dependência do processo de massificação, entendido em seu preciso sentido. Isto significa que o ademarismo, em primeiro lugar, depende da decomposição das velhas estruturas agrárias, de caráter patriarcal, com a conseqüente proletarização objetiva das camadas assalariadas da população. E, em segundo lugar, depende de essa proletarização objetiva não se encaminhar no sentido de os trabalhadores adquirirem consciência de classe e atuarem, político-socialmente, como tal. Muito ao contrário, as possibilidades de expansão do ademarismo estão ligadas à conversão dêsse proletariado em massa, através da atomização de seus membros e da obnubilação de sua consciência de classe. Como esclarecemos no estudo supra referido, essa massificação do proletariado induz uma segunda massificação, de caráter superestruturário, que afeta os estratos superiores da sociedade e os uniformiza, psicológica e moralmente, no tipo psico-social do homem-massa. Desencadeada, no Brasil, essa dupla massificação, o populismo — se-

ja o ademarismo, seja outro qualquer — tenderia inevitavelmente a se tornar a maior força política do País, assumindo o poder.

Até o golpe de agosto, não era possível prever-se o rumo que tomaria o processo de proletarização. Tanto se definiam tendências para a formação de uma consciência operária, cuja decorrência política seria o fortalecimento dos movimentos ideológicos de esquerda, como se manifestavam tendências para a massificação primária e superestruturária, cuja decorrência política seria o fortalecimento do populismo, isto é, dos movimentos de massa marcados, na forma, pela vulgaridade e pelo primarismo e, no conteúdo, por uma orientação reacionária, conducente do mercantilismo e do satelitismo.

O impacto provocado pelo suicídio do Presidente Vargas e pelos esclarecimentos ideológicos e programáticos trazidos por sua carta-testamento, desequilibraram o balanço das tendências a favor da linha de consciência de classe e de orientação ideológica. Tal impacto produziu seus maiores efeitos, como não podia deixar de ocorrer, nos setores proletários que se achavam vinculados ao PSP, pois que era através desse partido que se desenvolvia politicamente a tendência de massificação, ou seja, o populismo. Reagindo, positivamente, à mensagem de Vargas e do significado de seu suicídio, os líderes proletários mais esclarecidos do PSP, bem como os dirigentes daquele partido mais sensíveis aos fenômenos sociais, compreenderam que o proletariado precisava sustentar a batalha do nacionalismo e do trabalhismo, defendendo o legado político de Vargas e prosseguindo em sua luta. Assim sendo, entraram em choque com a orientação reacionária do Sr. Ademar de Barros e de seu grupo, voltada para o entreguismo das riquezas naturais do País e para o favorecimento do capital colonizador. E com isto se formou uma cisão ideológica dentro do PSP, que opõe, ao ademarismo, a ala nacionalista e esquerdista do Sr. Lino de Matos. Para esse resultado — é preciso levar em conta — muito contribuiu a interferência do PCB, ora na ilegalidade, quer através de comunistas infiltrados no PSP, quer através da ação do PCB junto aos sindicatos e setores proletários sob seu comando, quer ainda, mediante a repercussão pública de slogans e palavras de ordem divulgadas pelos comunistas.

A cisão a que nos referimos ainda não se tornou patente e, possivelmente, dela ainda não têm consciência muitos dos protagonistas. A razão desse fato se encontra, em parte, na circunstância de o PSP ter sido organizado e funcionar como simples instrumento do caudilhismo populista do Sr. Ademar

de Barros, que assim dispõe de um grande contróle sôbre o partido e que é o único dos dirigentes pessepistas amplamente conhecido no país. Ademais, dá-se que num partido como o PSP, onde a mistificação do eleitorado e o aventureirismo dos propósitos são mais acentuados do que em qualquer outro e quase abertamente admitidos pelos dirigentes, a impostura das posições ideológicas e programáticas oficiais permite a convivência das teses mais contraditórias, uma vez que é da regra interna do jôgo que nada seja realmente levado a sério e que tudo se justifique pelo fim de participar do poder a qualquer preço.

Dá-se, entretanto, a despeito da má fé fundamental dos propósitos que comandam o PSP, que o fato de o partido ter mobilizado um apreciável contingente eleitoral, especialmente em São Paulo, bem como a mencionada influência do PCB, o submetem, a despeito do cinismo de quase todos os seus dirigentes, aos movimentos efetivos da sociedade. De tudo isso resulta que, embora a atuação do partido, até às próximas eleições, deva se processar na linha do ademarismo, a cisão ideológica a que nos referimos acabará, em um prazo não longo, produzindo suas conseqüências. Por tal motivo, o partido tende a se desmembrar em duas alas: a populista, que continuará se utilizando, aventureiristicamente e com sentido reacionário, do fenômeno da massificação, e a nacional-esquerdista, que reunirá, possivelmente sob a liderança do Sr. Lino de Matos, os homens de mais representatividade político-social do partido.

Esta última ala terá que optar entre a fusão com o PTB ou a adoção de uma linha própria, mais acentuadamente esquerdista, caso em que, se não levar consigo a legenda ao partido, será forçada a constituir uma nova agremiação partidária. A segunda alternativa tem sido fortemente estimulada pelo PCB, que se esforça para conseguir uma legenda partidária, e se julga em condições de poder assumir o contróle de tais forças, tão cedo as mesmas se desliguem do Sr. Ademar de Barros.

Até às próximas eleições, no entanto, não é provável venha a se verificar qualquer cisão dentro do PSP. Sômente o Sr. Ademar de Barros, atualmente, pode dar ao partido sua máxima rentabilidade política. E nenhuma hesitação demonstra o velho candidato populista em aceitar, para fins propagandísticos, as teses nacional-esquerdistas do Sr. Lino de Matos e da linha auxiliar do comunismo, na convicção, em que se encontra, de que os círculos dirigentes das forças mercantilistas e colonialistas, que êle representa, não se deixarão impressionar por meros slogans eleitorais.

2. — Situação dos udeno-petebistas

A segunda das correntes residuais, formada pelos dissidentes udeno-petebistas, agremia, até certo ponto, os udenistas da esquerda e os petebistas da direita. Tal é o caso, no setor udenista, de homens como o Sr. Juracy Magalhães e, no petebista, dos Srs. Alberto Pasqualini e Lúcio Bittencourt. Ademais, integram-se nesses grupos políticos que aspiravam a exercer um papel de primeira grandeza, sem ter logrado condições para tal, como é o caso do Sr. Oswaldo Aranha, ou que se acham incompatibilizados com uma das grandes correntes políticas, por motivos personalistas, como é o caso do Sr. Lourival Fontes, em virtude de sua hostilidade para com a família do Presidente Vargas.

A falta de homogeneidade dêsse grupo, sua carência de qualquer representatividade política, bem como a natureza eventual de sua presente orientação, indicam que tal grupo não chegará a constituir um movimento político próprio. Seus integrantes tenderão, depois das eleições de Outubro, a se reclassificar de acôrdo com os resultados da mesma. É provável, todavia, que a posição udeno-petebista, formalmente, venha a subsistir, como um espaço de indefinição ocupado, de cada vez, pelos marginais da esquerda udenista e da direita petebista, atuando, na cúpula dos movimentos políticos, ora num sentido, ora em outro, como uma pura força satélite das tendências mais importantes.

3. — Situação do PRP

Resta a considerar, nesta sucinta análise das forças marginais, a posição do Sr. Plínio Salgado e do PRP.

Originariamente, como salientamos, o PRP representa um sebastianismo do integralismo. No curso de sua existência política, tal linha tendeu a perder ênfase, à medida em que a restauração do integralismo se evidenciava cada vez mais impossível e em que, em compensação, se formava uma nova tendência direitista, dentro da classe média, orientada para uma fórmula brasileira do salazarismo.

O salazarismo brasileiro, todavia, encontrava maiores facilidades para se formar e expandir no âmbito da UDN, através da influente ala lacerdista dêsse Partido. É de crer-se que se o Sr. Carlos Lacerda, em lugar de se manter fiel à corrente latifúndio-mercantilista da UDN e ao seu candidato natural, Sr. Etelvino Lins, houvesse optado pela linha especificamente

pequeno-burguesa, seguindo os rumos do Sr. Juarez Tavora, é de crer-se que o Sr. Plínio Salgado fôsse levado a um movimento paralelo, aderindo à candidatura Juarez.

A candidatura Juarez, de qualquer modo, representa, nas atuais condições brasileiras, a única forma viável de salazarismo. Tudo indica, ademais, que o general Távora, ainda no caso de perder as eleições, continuará mais apto a liderar o salazarismo brasileiro que o Sr. Plínio Salgado, da mesma forma que o PDC continuará, provavelmente, sendo mais adequado que o PRP para figurar como a legenda partidária sob a qual ainda que provisoriamente, se possa constituir o nosso salazarismo.

Assim sendo, o Sr. Plínio Salgado se defronta com um dilema fatal: ou ganha substância política perdendo a liderança partidária, no caso de aderir à candidatura Juarez ou, posteriormente às eleições, ao juarezismo, ou conserva a liderança partidária perdendo, definitivamente, a margem de substância política que logrou penosamente recuperar, através do PRP, depois da liquidação do integralismo. No primeiro caso, dar-se-á um apreciável reforçamento do salazarismo brasileiro, que assumirá a roupagem ideológica da democracia-cristã. No segundo caso, o PRP ficará reduzido ao puro e declinante conteúdo de um sebastianismo integralista, reduzindo-se às proporções de uma seita e terminando por perder a própria qualidade de partido, ante a incapacidade de manter-se no nível mínimo de expressão política determinado pela legislação eleitoral.

Tendências e perspectivas

A apreciação das tendências próprias a cada uma das candidaturas e das perspectivas eleitorais com que se deparam exige se recorde o quadro delineado anteriormente.

Como salientamos, o panorama político brasileiro ficou marcado, basicamente, pela luta entre as correntes getulistas e antigetulistas, com aquelas se identificando o juscelinismo e, com estas, o antigetulismo. O antigetulismo, por sua vez, após a morte do Presidente Vargas, tendeu a se diferenciar em duas linhas: a do antigetulismo ideológico, e a do antigetulismo histórico.

Enquanto a UDN e a dissidência pessedista, sob a liderança do Sr. Carlos Lacerda, se fixaram na primeira linha, o Sr. Juarez Tavora, encarnando uma posição mais consentânea com as inclinações da classe média, assumiu a linha do antigetulis-

mo histórico, com a implícita tendência a se recompor, especialmente por motivos de estratégia, com o getulismo ideológico. Fora desse esquema, permaneceram as forças residuais do PSP, dos comunistas, dos dissidentes udeno-petebistas e do PRP, cujas tendências, no item precedente, já tivemos a ocasião de analisar.

Sem desenvolver mais essa questão, saliente-se apenas, que, da análise destas últimas forças resulta, em primeiro lugar, a inviabilidade da eleição do Sr. Plínio Salgado, bem como de qualquer candidato que eventualmente viesse a ser lançado pelos dissidentes petebistas, ou pelos comunistas, como ou sem o apoio de outras forças.

1. — Perspectivas do PSP

No tocante ao PSP, dividido, latentemente, entre o populismo do Sr. Ademar de Barros e o nacional esquerdismo do Sr. Lino de Mattos, verifica-se, como já o observamos, que o partido tende a conservar sua unidade até as próximas eleições, dificilmente podendo mantê-la depois das mesmas. A despeito dessa unidade, de natureza puramente tática, são reduzidas as possibilidades eleitorais do PSP, para o pleito de outubro. Embora o sr. Ademar de Barros, cuja candidatura foi homologada pela convenção do partido de 11 de junho do corrente tenha, a despeito de suas dificuldades nos processos que lhe move, a Justiça Paulista, maiores possibilidades eleitorais do que qualquer outro candidato que pudesse ser apresentado pelo PSP, essas suas possibilidades se apresentam também insuficientes.

De fato, na medida em que o ex-governador de São Paulo, cuja popularidade foi conquistada na linha do populismo, tentar se valer em sua campanha, nessa mesma medida alienará o apoio de um importante contingente de seu eleitorado potencial, constituído por aqueles setores do proletariado a que o suicídio e a carta-testamento do Presidente Vargas deram consciência ideológica, e que por isso se radicalizaram numa posição nacional-trabalhista. Na medida em que o Sr. Ademar de Barros, consciente desse fato, tentar assumir uma posição nacional-trabalhista, negando, por conveniência eleitoral, suas próprias tendências — nessa mesma medida, alienará o apoio dos setores reacionários de que é representante — solapando suas bases materiais — e entrará em competição com o PTB, levando a desvantagem de este já estar consolidado nessa linha. Assim é que a cisão profunda que divide, latentemente, o PSP,

tenderá, com relação à candidatura Ademar, a produzir seus efeitos, cerceando-lhe as possibilidades eleitorais. Tal cerceamento, na prática, favorecerá a candidatura Juarez porque, sendo o eleitorado potencial do PSP parcialmente coincidente com o do Sr. Juscelino Kubitschek e suficientemente diferenciado do eleitorado potencial do Sr. Juarez Tavora, será mais às expensas, daquêle, do que dêste, que se desviarão os votos dados ao Sr. Ademar de Barros. Importa levar em conta, no entanto, que o processo de politização ideológica do proletariado, ainda incipiente, só se revelará fatal para o Sr. Ademar de Barros se seus adversários, particularmente as correntes juscelinistas, souberem empreender uma ampla campanha de esclarecimento do sentido reacionário e entreguista do ademarismo.

2. — Perspectivas da UDN

No que tange ao Sr. Etelvino Lins e ao final malogro de sua candidatura, depois do lançamento da do Sr. Juarez Tavora, a compreensão de tal análise exige que se leve em conta as circunstâncias em razão das quais surgiu a indicação de seu nome.

Como tivemos o ensejo de salientar, precedentemente, a candidatura do Sr. Etelvino Lins deveu sua origem à necessidade, a que se viram compelidas as forças golpistas, de participar do pleito sucessório, ao verem frustradas suas tentativas para deflagrar um novo golpe. Não podendo mais contar com uma solução militar, essas forças tentaram arregimentar, sob seu comando, tôdas as correntes antijuscelinistas. Para tal dispunham, inicialmente, dos quadros da UDN e da dissidência pessedista. Ademais, julgavam poder valer-se do apoio conjugado dos governos federal e paulista, tendo, para êsse fim, procedido, em nome de uma futura chapa Juarez-Munhoz, à articulação de uma barganha política entre o Sr. Jânio Quadros, inclinado a favorecer o general Juarez, e o Sr. Café Filho, desejoso de proteger o Sr. Munhoz da Rocha. O fato de que, após o acôrdo, a chapa Juarez-Munhoz tenha sido alijada, surgindo, em seu lugar, a candidatura do Sr. Etelvino Lins, parece haver decorrido, dentro da manobra geral da barganha, de uma submanobra do Sr. Etelvino Lins e da cúpula udenista, convencidos, aquêle e esta, de que os compromissos assumidos pelos governos federal e paulista não seriam retratáveis e que as forças resultantes seriam, em proveito do círculo mais íntimo, transferíveis para o ex-governador de Pernambuco e suficientes para lhe dar as necessárias possibilidades de vitória.

Desde logo, porém, verificou-se não serem promissoras as perspectivas eleitorais do Sr. Etelvino Lins. Conforme já assinalamos, a morte do Presidente Vargas e os esclarecimentos ideológicos e programáticos trazidos por sua carta-testamento, deixaram a nu a falta, por parte da UDN, de qualquer conteúdo positivo. Morto Vargas, o apêlo do anti-getulismo teve de se afirmar em termos ideológicos, desta forma desmascarando seu sentido reacionário. E por mais que o Sr. Carlos Lacerda, que tinha consciência desse risco, procurasse manter, artificialmente, o clima do anti-getulismo histórico, agitando o mito-espantalho dos "gregórios", o curso do tempo implacavelmente, produziu seus efeitos depuradores, reduzindo o anti-getulismo militante à única forma em que podia subsistir — a do antegetulismo ideológico — com a decorrente evidenciação do caráter reacionário de tal posição. Acrescente-se que, além de prejudicada, em seu alcance político, pelo sentido reacionário que fôra compelido a exibir, a candidatura Etelvino despertou, nos quadros de base da UDN, uma viva oposição, dado o fato de o ex-governador de Pernambuco sempre ter sido um dos mais acirrados inimigos do partido.

Foi nessa circunstância — e por causa delas — que surgiu a candidatura do Sr. Juarez Tavora, que nem desconhecia o fato de haver sido vítima de uma manobra, por parte do Sr. Etelvino Lins e da cúpula udenista, no sentido de ser prejudicada a indicação de seu nome pela UDN, nem desejava ingressar no pleito sucessório por iniciativa daquele partido. O resultado do lançamento de sua candidatura, como já o observamos anteriormente, foi o definitivo esvaziamento de qualquer conteúdo eleitoral da candidatura do Sr. Etelvino Lins.

Ante esse fato, que levou a sua culminação todo o processo de dismantelamento político da UDN, ficou êste partido colocado diante de um dilema fatal. Se, para recuperar suas bases políticas, a UDN decidia abandonar a candidatura Etelvino Lins e adotar a do general Juarez Távora, deva-se, em primeiro lugar, que aquela agremiação perdia sua autonomia partidária, transformando-se em satélite das forças que dirigem o movimento juarezista e, em segundo lugar, que a corrente latifúndio-mercantil que dirige, no fundo, a UDN, marcharia para um rumo incompatível com seus interesses. Se para salvaguardar a autoridade de seus dirigentes e sua própria autonomia partidária, bem como os interesses econômico-sociais que representa, a UDN persistisse na linha Etelvino, resultaria que o partido iria abdicar, de uma vez por todas, da possibilidade de se manter no nível das grandes agremia-

ções políticas do país e ficaria reduzido a um grupo de pressão cuja interferência não se poderiam mais fazer mediante a conquista do poder, ou a participação no poder, mas apenas através das técnicas próprias aos grupos de pressão.

Situada ante esse dilema implacável, a primeira reação da UDN foi a de procurar contornar o problema, reincidindo, com multiplicado esforço, nas tentativas de deflagrar o golpe ou de impor uma candidatura única. Tais tentativas, no entanto, depois de haverem malogrado em condições muito favoráveis, estavam irremediavelmente condenadas a abortar. Assim sendo, o dilema persistiu, e o partido depois de muitas indecisões, foi, obrigado, afinal, a optar por sua sobrevivência política, aderindo à candidatura Juarez e assumindo na pessoa do sr. Milton Campos, a candidatura à Vice-Presidência.

3. — Perspectiva do General Juarez

No que diz respeito ao Sr. Juarez Távora, as tendências que exprime, já analisadas no item que dedicamos ao seu estudo, podem ser resumidas em três notas: a do heroísmo caudilhesco, a do misticismo agrário de tipo nordestino, e a do reformismo católico-pequeno-burguês. É a conjugação dessas três notas que, nas condições brasileiras, dá ao movimento político encarnado pelo general Juarez um alcance e uma profundidade que transcendem a simples conjuntura eleitoral, emprestando-lhe um poderoso apêlo para a classe média e para certos setores do proletariado e do campesinato.

Como temos assinalado, a luta contra Vargas, nas condições que se formaram após o descrédito do fascismo, conduziu a pequena-burguesia brasileira a submeter-se à liderança das forças latifúndio-mercantis. Essa etapa de nossa vida política, que vai de 1945 até o suicídio e à carta-testamento do Presidente Vargas, correspondeu ao enquadramento da classe média na UDN. Esgotadas, com a morte de Vargas, as possibilidades de mobilização da classe média pelo antigetulismo ideológico, cujo caráter reacionário não se podia mais ocultar sob as críticas à conduta e à personalidade do extinto Presidente, a U. D.N. entrou em colapso, deixando politicamente sem liderança as massas pequeno-burguesas.

Para essas massas, o reformismo cristão do general Juarez, bem como seu heroísmo caudilhesco, constituem, ao mesmo tempo, a perspectiva de um rumo novo e uma motivação psicossocial extremamente apta a mobilizar seu entusiástico apoio.

Um novo rumo, porque, contrariamente à UDN, cuja mensagem se esgotava no moralismo — moralismo que a pequena-burguesia exige com o requisito preliminar da vida pública mas que, no mérito, atende sobretudo à defesa dos interesses constituídos — o reformismo católico do general Juarez se propõe a modificar o regime de distribuição da riqueza, assim abrindo para a classe média perspectivas, que já lhe pareciam cerradas, de um melhor padrão de vida e de mais fácil e rápido acesso aos níveis superiores da sociedade. E uma motivação psico-social extremamente eficaz porque, dirigindo-se ao pequeno-burguês médio como indivíduo-tipo, dá-lhe uma oportunidade de se desrecalcar de todas as suas pequenas humilhações e limitações quotidianas, mediante a transferência sublimada de seus frustrados desejos de independência e de combatividade para a personalidade do herói caudilhesco — forte e destemido, mas bom e piedoso — que enfrenta vitoriosamente os poderosos da terra, na luta do bem contra o mal, e ao fazê-lo leva o pequeno-burguês médio a participar, simbolicamente, de seus triunfos.

Se essas duas notas da personalidade política do general Juarez tendem a fazer dele o líder da pequena-burguesia brasileira, a sua linha mística lhe proporciona, nos meios rurais, especialmente do Nordeste, uma grande capacidade de penetração, por colocá-lo na tradição dos movimentos místico-revolucionários do tipo Antônio Conselheiro e Padre Cícero. E nos próprios meios proletários, a despeito das resistências e apreensões que suscita o seu caudilhismo pequeno-burguês, no qual a classe operária pressente o autoritarismo reacionário de tipo fascista, o programa de participação dos lucros, bem como, em geral, o reformismo católico do general Juarez tendem a lhe grangear ponderável apoio.

É excelente, por isso, a situação potencial da candidatura Juarez. E se é certo que a intensificação da consciência ideológica causada pelo suicídio e pela carta-testamento do Presidente Vargas constitui um obstáculo à expansão do juarezismo, não é menos verdade que tal efeito se fez ainda pouco sentir no âmbito da classe média, dada a incapacidade que têm revelado os legatários da mensagem de Vargas de orientar politicamente a pequena-burguesia em função das diretrizes contidas em tal mensagem.

Cabe, por isso, distinguir dois fatores limitativos da ação do general Juarez. A prazo longo e, potencialmente, de uma forma mais profunda e ampla, o salazarismo do general Juarez tende a ser obstaculizado pela politização ideológica da classe

média, do campesinato e do operariado, esta última já se encontrando em fase mais adiantada. A prazo curto, e em termos sobretudo operativos, o que dificultará a vitória eleitoral da candidatura Juarez é a inferioridade de sua máquina eleitoral, em relação à do PSD-PTB.

4. — Perspectivas do Sr. Kubitschek

Reunindo, a despeito das dissidências, as duas maiores forças político-eleitorais do país — o PSD e o PTB — e podendo mobilizar a seu favor tanto a política de clientela como a ideologia getulista, o Sr. Juscelino Kubitschek é o candidato que dispõe de melhores perspectivas para vencer as eleições de outubro próximo.

Se, a prazo médio, como vimos, o eleitorado potencial do Sr. Juarez Távora poderia assumir proporções semelhantes às do eleitorado do Sr. Kubitschek, tal possibilidade dificilmente poderá se realizar até outubro próximo, desde que o ex-governador de Minas saiba desempenhar adequadamente o seu papel. Acrescente-se que, a prazo longo, observada a mesma ressalva quanto à linha de atuação do Sr. Kubitschek, este também tenderá, às expensas do juarezismo, a conquistar o maior apoio ideológico da população.

Nas condições presentes, a candidatura Kubitschek conta, na linha ideológica, com o apoio potencial da burguesia industrial, de ponderável parcela dos quadros técnicos da classe média, e do proletariado, este último estimulado pela adesão do PCB a essa candidatura. A esse apoio se acresceu, por regionalismo, a adesão, em princípio, de grande maioria da população mineira e, por causa da poderosa máquina clientelística do PSD, o provável sufrágio da maior parcela do eleitorado rural. Superados, a esta altura da campanha sucessória, os perigos do golpe militar — a despeito da atuação subversiva de chefes militares como o general Canrobert — e das manobras parlamentares tendentes a modificar o regime (parlamentarismo), ou o sistema de proclamação dos resultados da eleição (tese da maioria absoluta), ou visando a embaraçar a ação e a atingir a honorabilidade do candidato (comissão de inquérito), a vitória eleitoral do Sr. Juscelino Kubitschek passou a ficar na dependência, sobretudo, da boa repercussão ideológica de sua campanha e da manutenção da coesão e da fidelidade da coligação partidária que o apoia. Em outras palavras, a eleição do ex-governador de Minas estará assegurada se ele conseguir mobilizar, coordenada e eficazmente, através do PSD, as clientelas

rurais que aquêlo partido manipula e, mediante a conjugação de seus próprios esforços com os do PTB e do PCB, o eleitorado urbano de tendência getulista.

Observando-se a ação empreendida e os resultados colhidos, até agora, pelo Sr. Juscelino Kubitschek, verifica-se que não têm sido atendidas, com igual margem de êxito, essas duas condições de que depende sua eleição. Enquanto a mobilização das clientelas rurais tem sido levada a cabo, vigorosamente, pelo ex-governador de Minas, com a paralelo efeito de manter e consolidar a unidade do PSD ortodoxo, sua atuação nos meios urbanos, até a convenção do partido que homologou a candidatura Goulart à vice-presidência (10 de junho do corrente) foi nitidamente insuficiente. Ora, passada a fase mais aguda das tentativas de golpe, durante a qual o Sr. Kubitschek desfrutou de notável popularidade urbana, pelo fato de resistir corajosamente a tôdas as pressões, suas possibilidades eleitorais nas grandes cidades se enfraqueceram sensivelmente. Marcado pela legenda getulista, o Sr. Kubitschek se defronta com a hostilidade da grande maioria da classe média, cujas inclinações, como vimos, a conduzem a apoiar o Sr. Jurez Távora. Restava-lhe — como ainda lhe resta — a possibilidade de atrair para si as massas proletárias e os setores getulistas da classe média, tendentes, desde o início da campanha sucessória, a acompanhar o Sr. Kubitschek. E êste é exatamente o eleitorado urbano que, somado às clientelas rurais, lhe assegura a maioria necessária para vencer as eleições. Não basta, entretanto, para o Sr. Kubitschek conquistar todo êsse eleitorado, que sua candidatura exprime a linha getulista, e que o Sr. João Goulart figure como candidato à vice-presidência pela mesma legenda e faça, nos meios operários, juntamente com o PCB, a propaganda do Sr. Kubitschek. A propensão para votar no Sr. Juscelino Kubitschek, por parte dessas camadas da população que constituem o seu eleitorado potencial, e que se inclinam para sufragá-lo, ou por causa de sua legenda getulista, ou por causa da hostilidade que lhes despertam os adversários do ex-governador mineiro, acarretará, para êste, sem dúvida, ainda que nada faça ativar sua legenda, uma votação apreciável. Sua eleição, porém, nas circunstâncias atuais, só pode ser considerada garantida se a grande maioria de seu eleitorado potencial comparecer às urnas para sufragá-lo. E para isso, especialmente em face da candidatura Ademar, não basta a simples legenda getulista do Sr. Kubitschek, nem se deve esperar grande resultado da campanha que em seu favor desenvolve o Sr. João Goulart. O voto ideológico não é facilmente transferível e o papel do PTB e do Sr. Goulart,

com relação à candidatura Kubitschek, é mais o de avaliar, perante as correntes getulistas, a idoneidade do getulismo do ex-governador de Minas do que o de transferir-lhe uma votação que êle próprio não haja conquistado. O mesmo, até certo ponto, se pode dizer do PCB.

Assim sendo, o desvio de votos que pode ser acarretado pelo Sr. Ademar de Barros, bem como o apoio que o Sr. Juarez Távora vier a obter nos meios proletários podem revelar-se fatais para o ex-governador de Minas, desequilibrando em seu detrimento, o cômputo final dos sufrágios.

Na verdade, o fato de o Sr. Juscelino Kubitschek, até uma avançada etapa de sua campanha, não ter procurado ativar o apoio de seu eleitorado potencial, nos centros urbanos, deve-se, principalmente, às contradições que afetam as correntes que o apoiam. A primeira e mais importante dessas contradições, porque fundada em antagonismo reais, é a que opõe, no âmbito das forças burguesas que acompanham o Sr. Kubitschek, o setor industrial ao latifúndio-mercantil. Embora a candidatura Juscelino corresponda, sobretudo, ao interesses da indústria nacional, e embora a UDN seja o partido mais representativo dos interesses latifúndio-mercantilistas, ocorre que toda uma ala de PSP também é representativa de tais interesses. A cisão inicial, que deslocou para a dissidência as seções gaúchas, catarinenses e pernambucana do partido, teve o mérito de afastar dêste os grupos mais reacionários e mais comprometidos com o latifúndio-mercantilismo. Dá-se, porém, que as alas progressistas e reacionárias do PSD não se diferenciam unicamente segundo os Estados. De um modo geral, todo o PSD está marcado por essa contradição, ainda que, exceto nas seções dissidentes, nas demais a liderança local tenda a refletir a linha industrialista.

A segunda das grandes contradições que afetam as forças juscelinistas é a que decorre da incompreensão, por parte da maioria dos representantes da burguesia industrial — quer se trate dos políticos integrantes da ala progressista do PSD, quer dos próprios empresários e dirigentes de órgãos de classe da indústria — na medida em que seus interesses são dialéticamente solidários com os do proletariado e dos setores técnicos da classe média e, por tal motivo, comportam e exigem uma fórmula comum, que é a do nacionalismo trabalhista. A lógica objetiva de seus interesses força êsses representantes de nossa burguesia industrial a adotar, diante dos casos concretos, uma posição solidária com o proletariado, sempre que se trate de levar

adiante o processo de desenvolvimento econômico ou de enfrentar a pressão do imperialismo e do capital colonizador. Mas, a despeito disto e apesar dos ensinamentos trazidos com o golpe de agosto, o suicídio de Vargas e fatos decorrentes — ensinamentos êsses que conduziram a maior parte da burguesia industrial a apoiar a candidatura Kubitschek, ainda que com a presença do Sr. João Goulart na vice-presidência da chapa — a despeito e apesar disto, os representantes de nossa burguesia industrial ainda se sentem vinculados às fórmulas tradicionais e conservadoras e, na sua maioria, repelem as soluções orientadas para o nacionalismo trabalhista.

Ante essas duas contradições, o Sr. Juscelino Kubitschek se defronta com um dilema: ou, para não exacerbá-los, foge a definições claras a respeito dos problemas econômico-sociais do País com isto sacrificando sua posição ideológica e o poder eleitoral dela decorrente, ou, para salvaguardar tal posição e suas conseqüências eleitorais, enfrenta as contradições em aprêço, definindo-se na linha das soluções de vanguarda, caso em que consolida sua posição ideológica e decorrente força eleitoral, mas põe em risco a unidade do PSD e o apoio dos setores mais reacionários do juscelinismo.

Até o presente, o Sr. Kubitschek tem procurado contornar êsse dilema, tomando a seu cargo a mobilização das clientelas rurais e deixando para mais tarde e, quanto possível, a cargo do Sr. João Goulart e do PTB, a ativação do eleitorado urbano. Essa tática, todavia, não pode produzir efeito até o final da campanha sucessória. Como já se vem fazendo notar, a partir de algum tempo se o Sr. Kubitschek persistir nessa posição, na verdade estará resolvendo o dilema, acima referido, a favor da primeira alternativa, ou seja, defendendo a unidade do PSD e o apoio dos conservadores em detrimento de sua legenda ideológica. Ocorre, todavia, que essa é a pior solução que poderia adotar o ex-governador de Minas. Do ponto de vista eleitoral, porque os ônus em que pode incorrer a sua candidatura, em virtude da legenda getulista, já incidiram sobre ela, sem que de contrapartida, o Sr. Kubitschek tenha recolhido tôdas as vantagens dessa posição. Do ponto de vista político, porque, na hipótese de ser eleito sem haver mobilizado ativamente todo o apôio popular de que poderia dispor, o Sr. Kubitschek terá as maiores dificuldades, no Govêrno, para realizar o seu programa, e se verá obrigado, ou a renunciar às medidas mais inovadoras, por falta de base política para empreendê-las, ou a arriscar sua estabilidade política, ao executá-la sem contar, para tal, com o ativo e organizado apoio das forças progressistas.

Diversamente, se o Sr. Juscelino Kubitschek, em tempo ainda oportuno, se resolver, corajosamente, a enfrentar a ala reacionária do PSD e a orientar a burguesia industrial para a posição de vanguarda que lhe compete assumir, em aliança com o proletariado e os quadros técnicos da classe média, sua campanha adquirirá uma repercussão que nenhum outro candidato está em condições de atingir e, com mínimos prejuízos no setor clientelístico, conquistará uma votação massiva nos centros urbanos, assegurando sua eleição e, ao mesmo tempo, as bases político-sociais de seu futuro Govêrno.